

## "ASPECTOS PRÁTICOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL"

Leonardo Guimarães



O presente trabalho tem por escopo identificar, de maneira original e pragmática, todos os requisitos e pressupostos necessários à concessão, pelo Poder Judiciário, da ordem que determina o processamento da recuperação judicial, instituto consolidado na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, reguladora, ainda, da recuperação extrajudicial e da falência, e substituta da antiga Lei de Falências, Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.

Na elaboração da obra, foi possível apontar, ainda, as inúmeras controvérsias e dúvidas que rondam a matéria relativa, especificamente, ao processamento da recuperação judicial – principalmente enquanto substituta da antiga concordata preventiva -, divisando a melhor orientação, tanto jurisprudencial quanto doutrinária, para esses temas.